

Exibição de Documentos – Autos 64.9872010.

Requerente: Vitório Bobrek.

Requerido: Banco Banestado S/A – sucedido pelo Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S/A.

S E N T E N Ç A

I – RELATÓRIO

Vitório Bobrek, já qualificada nos autos, propôs **cautelar de exibição de documentos** em face do **Banco Banestado S/A – sucedido pelo Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S/A**, também já qualificado. Alegou, em síntese, ter firmado contrato de natureza bancária (conta corrente) junto ao requerido, carecendo dos documentos correspondentes, para pleitear em juízo seus direitos. Dessa forma, requereu a exibição desses documentos, com a procedência do pedido, observada a sucumbência.

Da decisão que indeferiu a concessão dos benefícios da assistência judiciária (fls.32), ante a ausência de documentos aptos a comprovar a situação de hipossuficiência alegada, a parte requerente manejou recurso de Agravo por Instrumento (fls.35/42), a que foi dado provimento (fls. 45/49).

Em contestação (fls. 61/69), o requerido aduziu a falta de interesse de agir e ausência dos requisitos autorizadores da cautelar. No mérito, sustentou ausência de pretensão resistida, além de postular pela prorrogação de prazo para a exibição. Em conclusão, requereu a extinção do processo, sem resolução do mérito, ou, sucessivamente, a improcedência dos pedidos, impondo-se ao requerente as cominações legais.

Réplica às fls. 76/93.

O Banco não apresentou documentos.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1 – Julgamento Antecipado da Lide

O julgamento antecipado da lide se faz autorizado com base no artigo 330, inciso I, do CPC, haja vista a desnecessidade de outras provas.

2 – Preliminares

As preliminares de **falta de interesse de agir e falta dos requisitos da cautelar**, em verdade, são matérias de mérito, razão pela qual serão analisadas em sede própria.

3 – Mérito

A ação cautelar de exibição de documentos, prevista no artigo 844 e seguintes do CPC, tem por finalidade compelir o requerido à apresentação judicial de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamentário, depositário ou administrador de bens alheios.

No caso, afigura-se pertinente a pretensão deduzida pela requerente a fim de obter, pormenorizadamente, elementos para checagem e conferência dos critérios técnicos empregados pelo banco sobre os valores em depósito.

Por outro lado, não está o requerente condicionado a percorrer, previamente, a via administrativa para só então deduzir ação judicial, sob pena de violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF/88, art. 5º, inc. XXXV)¹, vindo esta circunstância a apresentar relevância somente no que tange a distribuição dos ônus sucumbenciais. Basta tão-somente que não disponha dos documentos que indicar.

¹ Sobre o tema, aliás, a jurisprudência é pacífica: “(...) 1. A propositura da medida cautelar de exibição de documentos não está condicionada à prova do pedido extrajudicial, tampouco da recusa do banco em fornecê- los. 2. O dever de exibição de documentos comuns a ambas as partes não pode ser condicionado ao prévio pagamento de taxas. 3. Apelação conhecida e provida”. (Ac.18.966, Rel. Des. Luiz Carlos Gabardo, 15ª Câmara Cível, DJe 19/04/2010).

Além disso, é inegável também uma certa emergência nesta obtenção, sanando, o mais breve possível, antes do decurso do prazo prescricional, eventuais dúvidas quanto a supostas irregularidades na conta em questão.

No que alude ao pedido de extensão de prazo para apresentação dos documentos (fls. 68), tem-se que é dever do requerido manter em ordem e à disposição das partes em seus arquivos documentos de interesse comum, não se justificando a dilação aventada em defesa.

Enfim, por todos os ângulos que se analise a questão, merece o pleito provimento.

III – DISPOSITIVO

Face ao exposto, com fundamento no art. 269, I, do CPC, **julgo procedente** o pedido para o fim de determinar ao requerido que exiba os documentos indicados na inicial, com as advertências do art. 362, do CPC. Em consequência, condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, sopesados os critérios legais (CPC, art. 20, § 3o).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Londrina, 30 de setembro de 2011.

Matheus Orlandi Mendes

Juiz de Direito